

## 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

# ENFERMAGEM

### A NORMATIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ENFERMEIROS EM PROPAGANDAS DE PRODUTOS RELACIONADOS AOS CUIDADOS EM SAÚDE

<sup>1</sup>Stephanie Gomes Cerqueira (Bolsista IC; UNIRIO); <sup>2</sup>Wellington Mendonça de Amorim (Orientador);

1 – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Departamento de Enfermagem Saúde Pública; Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro EEAP/UNIRIO.

Apoio Financeiro: UNIRIO.

Palavras-Chave: história da enfermagem; enfermagem; legislação; propaganda.

#### INTRODUÇÃO

O estudo tem como marco temporal o ano de 1942, data do Decreto-lei nº 4113, que regula a propaganda de médicos, cirurgiões, dentistas, parteiras, massagistas, enfermeiros de casas de saúde e de estabelecimentos congêneres e a de preparados farmacêuticos. Tal legislação norteou o interesse pela realização desta investigação a fim de analisar as legislações que a partir deste decreto-lei passaram a regular a participação de enfermeiros em propagandas de produtos ligados aos cuidados em saúde. Nesse sentido, consideramos relevante apresentar o contexto histórico do período em que tal decreto-lei foi instaurado. Tal período ficou conhecido como Estado Novo (1937-1945) e caracterizou-se num regime de estilo autoritário, implantado pelo Presidente Getúlio Vargas. Mesmo com o autoritarismo, repressões e censuras, o governo de Getúlio Vargas foi responsável por um grande desenvolvimento econômico e modernização. As questões relativas à censura e autoritarismo eram pontos marcantes nesse regime. A utilização de meios de comunicação foi intensa, assim que em 1939 é criado pelo Governo de Vargas o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado ao presidente da República, que tinha como função: coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, a proibição da entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”, a colaboração com a imprensa a fim de se evitar que fossem divulgadas informações nocivas ao crédito e à cultura do país. Subordinada ao Estado, a imprensa e outros meios de comunicação eram a forma capaz de permitir a comunicação direta entre o governo e a sociedade, pois proporcionavam o contato com o povo até então inimagináveis, sendo então necessário um controle e fiscalização constante (DEL PRIORE e VENANCIO, 2010; FAUSTO, 2001; OLIVEIRA, 2001). Nesta investigação adotamos como objeto de estudo Os aspectos normativos relacionados à participação de enfermeiro (as) na composição de propagandas. Diante dos aspectos apontados até então definimos como questão de pesquisa: Como se deu a regulação da participação de enfermeiros (as) em propagandas de produtos terapêuticos a partir de 1942? O presente estudo pretende contribuir de forma significativa para a pesquisa institucional intitulada “A Enfermagem e as diretrizes internacionais para formação de grupos auxiliares à prática de saúde pública”.

#### OBJETIVO

1. Caracterizar as circunstâncias das legislações que regulam o exercício da profissão enfermagem 2. Analisar as legislações que regulam a participação de enfermeiros em propagandas de produtos ligados aos cuidados em saúde.

#### METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza histórico-social, baseada em observação documental. Para realização desse estudo iremos utilizar como fonte as legislações que regulam o exercício da profissão enfermagem. Para balizar os procedimentos de análise utilizaremos a literatura crítica pertinente à história do Brasil, as políticas de saúde no país, a história da enfermagem brasileira, priorizando a trajetória da enfermagem de saúde pública. Para subsidiar a articulação das fontes ao contexto, será elaborado um esquema de análise diacrônica e sincrônica de fatos e eventos pertinentes ao objeto em estudo. Por tratar-se de uma investigação pautada na análise documental, com documentos de domínio público, não será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, neste momento, mas a pesquisa seguirá os princípios contidos na Resolução CNS nº 466/2012, do Ministério da Saúde.

#### RESULTADOS

Foram encontradas três legislações na área da saúde, que abordam os aspectos normativos dos enfermeiros e em sua composição a participação destes em propagandas.

### 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Quadro 1- Legislações na área da saúde.

Decreto nº 9.810, 1 de Julho de 1942.	Aprova o regimento do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde.	Cap. III, Art. 6º à Seção Medico compete: A- Fiscalizar: VII- Os anúncios médicos, farmacêuticos e profissões afins, qualquer que seja o meio por que forem divulgados. F- Censurar, prévia ou posteriormente: I- Os anúncios médicos, farmacêuticos e de profissões afins, divulgados pela imprensa, pelas estações rádio-difusoras ou por qualquer meio de propaganda.
Decreto nº 21.339, 20 de Junho de 1946	Aprova o regimento do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina.	Cap. III, Art. 6º à Seção Medico compete: A- Fiscalizar: VII- Os anúncios médicos, farmacêuticos e profissões afins, qualquer que seja o meio por que forem divulgados. F- Censurar, prévia ou posteriormente: I- Os anúncios médicos, farmacêuticos e de profissões afins, divulgados pela imprensa, pelas estações rádio-difusoras ou por qualquer meio de propaganda.
Decreto nº 41.904, 29 de Julho de 1957.	Aprova o regimento do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde.	Cap. III, Art. 24: Compete ao Serviço Medico, V- Exercer o controle dos anúncios das profissões medico, veterinário, enfermeiro, obstetriz, ótico, massagista, pedicuro e outros afins, qualquer seja o meio de divulgação usado. IX- Realizar a censura de rótulos, bulas, prospectos e outros meios de divulgação de especialidades farmacêuticas.

No quadro 1 identificam-se os decretos que regulam a propaganda de enfermeiros. Pode-se observar que a fiscalização do exercício profissional está presente nos decretos que censuram a propaganda e anúncio da profissão. Foram encontrados dois decretos que regem sobre os aspectos normativos da enfermagem que estão ausentes no quadro por não contemplarem uma fiscalização relacionada a participação de enfermeiros em propagandas.

#### CONCLUSÃO

Constatamos até o momento que o tema estudado foi abordado em algumas legislações que regem o campo da saúde. Para que isto tenha ocorrido, acreditamos que houveram discussões que fomentaram a implementação desses decretos. O estudo encontra-se em aprimoramento da análise e na procura de fontes que irão subsidiar este processo.

#### REFERÊNCIAS

- 1- BORIS, F. História Concisa do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2011, São Paulo. Capítulo 4 – O Estado Getulista, Pág. 200 a 217.
- 2- DEL PRIORE, M.; VENANCIO, R. Uma breve história do Brasil. Editora Planeta do Brasil, 2010, São Paulo. Capítulo 28 – Trabalhadores do Brasil, Pág. 254-261.
- 3- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Enfermagem Legislação e assuntos correlatos. 3º Ed. Volume II. Rio de Janeiro. 1974.
- 4- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Enfermagem (Leis, decretos e portarias). 2º Ed. Rio de Janeiro. 1959.
- 5- OLIVEIRA, L. L. O intelectual do DIP. In: Constelação Capanema: intelectuais e políticas. BOMENY, H.; SOUZA, C. R.; LONDRES, C.; NUNES, C.; HOCHMAN, G.; OLIVEIRA, L. L. Pág.. 49-52. 2001.